

Ética, deontologia, formação e profissão: observações sobre o Jornalismo

Francisco José Castilhos Karam*

Resumo

O trabalho faz vínculos entre afirmações que desconsideram a existência de uma ética específica jornalística e os valores profissionais refletidos nos princípios deontológicos para o exercício na área. Considera o jornalismo essencial ao debate público por onde se dão escolhas sociais e destaca procedimentos que exigem reflexões e opções morais específicas no quadro de atuação cotidiana. Enfatiza, ainda, a necessidade de pesquisas e de formação que, permanentemente, debatam, redimensionem e consolidem o ethos profissional.

Palavras-chave

jornalismo – profissão – valores – ética – deontologia

*Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Membro da Comissão Nacional de Ética da Federação Nacional dos Jornalistas

Há 15 anos, o renomado jornalista Cláudio Abramo considerava, em livro póstumo produzido a partir de depoimentos e artigos, que não existiria uma ética própria dos profissionais da área. Destacava, tão somente, que o dever de cidadania deveria se refletir na profissão. Assim como o cidadão, o jornalista não deveria mentir, não deveria abusar da confiança, não poderia bater a carteira e sair impune. Mas observava, no mesmo livro e página, que as empresas teriam sua ética, chamada pelo autor, então, de ética dos donos (1988, 109).

Ainda que debates sobre ética jornalística se sucedam, ouve-se, aqui e ali, observações que repetem Abramo...e novamente o repetem... e mais uma vez o citam. Em muitas ocasiões, suas afirmações são lembradas por empresários (quase sempre), profissionais do mercado (seguidamente) e estudantes e professores da área (de vez em quando).

Mais de uma década se passou e, em 2002, os defensores de tal posição encontraram na juíza Carla Rister uma significativa aliada. A juíza-substituta, na sentença depois derrubada contra a obrigatoriedade da formação superior específica para o exercício do jornalismo, assegura que honestidade e ética são exigências de qualquer profissão, adquiridas não apenas no meio acadêmico, mas durante toda a vida, e que a necessidade dos profissionais jornalistas serem éticos não é argumento que também possa

Ainda que
debates sobre
ética jornalística
se sucedam,
ouve-se, aqui e
ali, observações
que repetem
Abramo...e
novamente o
repetem...e mais
uma vez o citam

ser invocado para a exigência de formação em jornalismo (2002). As opiniões de Abramo não passam de uma página: as de Rister, um parágrafo.

Considero que tais observações, citadas, repetidas e descontextualizadas, mais prestam um desserviço ao jornalismo do que o auxiliam.

No geral, o debate sobre ética no jornalismo, quando assume tal perspectiva, é descartado por palavras que, no caso, não passam disso. Entre elas, as de que “ou se é ético ou não se é”, “ética não se aprende”, “jornalista nasce feito” ou “nasce ético ou não”. Por tais observações, trata-se de verificar, ainda no berçário – quando o há –, se uma ou outra pessoa contém componentes biológicos e genéticos, hereditários ou não, que atestam suas qualidades éticas. Seria descartável, portanto, uma cultura de formação profissional fundamentada em valores patrimoniais da atividade.

Dada sua generalidade, referidas observações situadas entre a crença na virtude genética dos cidadãos e na formação moral geral para o exercício profissional - trazem alguns problemas concretos. Quando esses aparecem, surgem outras vozes, com outras palavras: “precisamos discutir mais nossa profissão”, “o jornalista precisa saber que seu papel exige grande responsabilidade

social”, “qual é a nossa ética?”, “até onde podemos ir?” E aí se coloca para segundo plano a discussão do off entre os cabeleireiros ou dos produtores de pipoca ou fabricantes de automóveis e se passa a pensar, por exemplo, na importância do sigilo das fontes e de sua necessidade e legitimidade ou limites dentro de uma atividade específica, a do cotidiano de trabalho dos profissionais.

Cada uma das expressões anteriores, a meu ver, precisaria de complemento: os estudos específicos sobre a ética jornalística e a base epistemológica em que se apóia. Isso envolve, na prática, o conjunto de dilemas com os quais os profissionais jornalistas se defrontam todos os dias. Envolve história, valores e ethos profissional. Envolve os estudos de ética aplicados às profissões. Envolve saltar da ética para a deontologia e desta para aquela, num processo permanente e num quadro de referenciais jornalísticos históricos e relacionados à importância social da atividade.

No jornalismo, tais estudos passam por algumas escolhas, temas, dilemas os quais, mais uma vez, lembro:

- 1) o problema da verdade, da verossimilhança, da precisão e da exatidão;
- 2) isenção;
- 3) separação entre informação e opinião/fato e comentário/ fato e análise/ apuração e interpretação;

Qual é a nossa ética?, até onde podemos ir?

4) linguagem, relato e edição: as abordagens e as escolhas (espaço-tamanho, página-local, palavras e hierarquia de fontes, declarações e interpretações);

5) a problemática off e do sigilo das fontes;

6) legitimidade de utilização de determinados métodos para a obtenção da informação jornalística – o lícito e o ilícito na alteração da identidade profissional, no uso de câmeras ocultas, na gravação de conversas não-autorizadas, entre outros;

7) a relação e os limites entre o direito à informação de interesse público e o direito à intimidade ou à privacidade;

8) a consciência pessoal em confronto com a consciência profissional (cláusula de consciência);

9) a problemática do plágio, incluindo os novos suportes tecnológicos;

10) a manipulação digital na fotografia e na imagem televisiva;

11) o profissional que dá consultoria às fontes e as fontes que “plantam” informação;

12) a sonegação de informação de interesse público;

13) o ritmo da produção informativa e a comprovação da veracidade mediante fontes diversificadas e documentação;

14) os “negócios por fora”: a dupla função, a dupla militância profissional, a dupla relação jornalismo versus promoção de vendas;

15) o patrocínio de viagens e coberturas: a “terceirização” do interesse social;

16) casos especiais de cobertura e relato: se-
qüestros, guerras, zonas de risco e outros;

17) a cobertura em setores onde se é assessor
de imprensa/comunicação ou empregado/dire-
tor;

18) dilemas éticos na assessoria de imprensa:
a fidelidade ao assessorado versus a fidelidade
ao interesse da sociedade;

19) pagamento às fontes , venda de dossiês e
similares ;

20) os embargos noticiosos;

21) o conflito redação versus comercial;

22) os valores universais versus os valores
particulares: um só jornalismo ou vários “jor-
nalismos” compatíveis com nações, culturas ou
regiões;

23) os índices de audiência, o rendimento da
informação e as técnicas de marketing apli-
cadas ao jornalismo / a utilização de técnicas
mercadológicas na cobertura, apuração e edição
do material informativo;

24) as megafusões midiáticas e sua reper-
cussão nos princípios deontológicos profes-
sionais e no ethos jornalístico.

Tais expressões aparecem em grande parte
dos códigos de conduta, de honra, de princípios,
deontológicos que, em alguns países, como no
caso do Brasil, chamam-se éticos. Já é, em si
mesmo, um reconhecimento das especificidades

**Os problemas,
princípios e
temas apontados
só podem
integrar o quadro
de acertos ou
de equívocos
éticos se houver
a con-solidação
de uma forma
de se exercer
a atividade,
ancorada em
uma teoria
que situe a
relevância,
necessidade e
manutenção da
profissão**

de procedimentos, dentro do mar de generali-
dades morais que envolve o conjunto de proce-
dimentos sociais e/ou de outras atividades. E
eles aparecem ali não por algum sorteio temá-
tico, por alguma “sessão de copo”, por alguma
determinação divina ou natural. Aparecem
porque a história do jornalismo vai afirmando
determinados tipos de procedimentos que se
tornam patrimônio profissional e social.

A história do jornalismo, de sua realização
como profissão e de seus vínculos com o interes-
se social – embora não invalidem as expressões
comuns de leigos ou as opiniões de Abramo ou
Rister, abraçados em suas observações sobre
ética – está ancorada na luta pela formulação
e consolidação de um ethos profissional jorna-
lístico, que se afirmou, ainda que com enormes
dificuldades e limites, nos últimos 200 anos.
Os problemas, princípios e temas apontados
só podem integrar o quadro de acertos ou de
equívocos éticos se houver a con-solidação de
uma forma de se exercer a ativi-dade, ancorada
em uma teoria que situe a rele-vância, neces-
sidade e manutenção da profissão. Fora disso,
circula-se pelo puro arbítrio, pelo palpite, pela
“festaça” que é a plena subjetividade.

Salta-se, assim, das impressões mais ime-
diatas para a reflexão sobre valores, para o
debate permanente, para a consolidação de
procedimentos e para a instituição, a partir
de um acúmulo já histórico, de princípios de

conduta profissional, resultado do saber ético incorporado. E de tal forma incorporado que, embora os limites de execução ética jornalística sejam visíveis muitas vezes, o ethos profissional solidificado torna mais difícil a rutura dos princípios. É um caminho a ser transposto e que tem obstáculos duros e complexos.

Em geral, debates sobre ética no jornalismo partem de críticas negativas (no mais das vezes) e de elogios (em raras oportunidades) a comportamentos em coberturas, a edições, a procedimentos de profissionais, a possíveis erros concretos no exercício da atividade. E se confunde, em não poucos momentos, a mídia como um todo com as profissões que a produzem para que tenha relevância. E aí volto a uma espécie de abstração para tentar retornar aos casos do dia-a-dia, por onde anda a vida.

De onde partir?

Toda referência sobre ética, sobre comunicação e sobre jornalismo será, sempre, humana. Se o melhor e mais moralmente defensável, em qualquer situação, significa estar a favor de alguns caminhos e não de outros, isto significa que estamos no campo próprio de criação, afirmação e debate de valores. Valores são, obviamente, palavras e conceitos humanos. Mesmo que admitamos valores na natureza, nos animais e nas plantas, eles serão, sempre, configurados como tais a partir das formulações

Mesmo que admitamos valores na natureza, nos animais e nas plantas, eles serão, sempre, configurados como tais a partir das formulações humanas, da linguagem humana, da objetivação valorativa humana

humanas, da linguagem humana, da objetivação valorativa humana.

Mesmo que tentemos abstrair posições de toda ordem, seja política, ideológica ou moral, tal tarefa é impossível. O patrimônio humano cultural, isto é, o acúmulo histórico-político da humanidade a faz projetar-se, para o futuro, com a carga valorativa do passado e com sua complexidade presente, fatores indispensáveis para poder, pela avaliação moral, chegar-se a uma proximidade com o correto, com o agir moralmente correto.

É em tal direção que Kosik (1985, 217) aproxima-se de Sartre, para quem estamos sós e sem desculpas. Generosidades, mesquinhas, grandezas e tragédias serão sempre produções e responsabilidades humanas, sintetizadas em representações conceituais. A construção e afirmação de valores contidos nos conceitos também são responsabilidades humanas (Sartre, 1978; Sartre, 1982). E, para Kosik, é possível compreender “o sentido objetivo da coisa se o homem cria para si mesmo um sentido correspondente. Estes mesmos sentidos, por meio dos quais o homem descobre a realidade e o sentido dela, coisa, são um produto histórico-social” (1985, 23). E produto de pessoas, não de pedras ou de árvores...

Partindo de tais pressupostos, pode-se dizer que há possibilidades de repartir valores, simultaneamente universalizáveis e específicos na

concretude de uma ação, seja ela em política, em uma profissão ou em uma relação pessoal. Tal ponte entre particularidade e universalidade, entre especificidade e abrangência, dá-se num mundo em perpétua mudança, no qual as cargas valorativas compõem um dos eixos de permanente debate, afirmação e/ou negação, para situar o problema moral em nova dimensão.

Na projeção e ação comunicativas, o debate midiático – aberto, público e massivo – parece ser um caminho cujas portas precisam estar sempre sem trancas ou fechaduras. É o eixo de uma argumentação na qual os integrantes da vida percebem aos outros e a si mesmos para então, por um possível processo de argumentação e convencimento, situar as bases consensuais da afirmação valorativa. É uma disputa de e por valores. Situar o problema da correção ou do equívoco ético vale, a meu ver, também para o campo das profissões. Para o campo da ética e para o campo da deontologia, o dever-ser do cotidiano.

Assim, faço alguns apontamentos sem, evidentemente, esgotar quaisquer temáticas sobre o assunto, levando em conta que há um significativo número de obras qualificadas sobre moral, sobre ética e sobre deontologia, algumas das quais referencio aqui.

Valores e princípios éticos aplicados à profissão

Ao tratarmos de ética em jornalismo esta-

A única perspectiva possível é a de situar o problema da ética, da mídia e do jornalismo no próprio âmbito da história humana

mos lidando, no conjunto, com algo que parte de valores constituídos humanamente para chegar a atos praticados humanamente. Não há saída. Acho difícil quem possa dizer, seja no âmbito religioso ou natural, qual o caminho mais válido. E não há quem possa comprovar, fora do valor humano, a validade moral de determinado ato.

Diante disso, a única perspectiva possível é a de situar o problema da ética, da mídia e do jornalismo no próprio âmbito da história humana. Mas a cultura humana seria invariável, no tempo e no espaço? Os valores seriam consensuais ou, ao menos, similares? Não foi e não é assim. Em diferentes épocas e regiões, atos hoje considerados anti-éticos foram e são validados. Atos cruéis significaram honra e tais atos, configurados em práticas que causaram dor e humilhação a alguém, foram valorados como grandeza moral por alguém, seja na submissão de inimigos, seja nas cabeças ofertadas aos deuses (Russell, 1977).

Por isso, a idéia de bem, de reflexão moral e de procedimentos éticos é um processo histórico no qual os valores, muitas vezes antagônicos, resultaram em debates árdios e complexos, originando-se normas morais e legais. Ainda que provisórias, elas fizeram avançar o entendimento sobre a gênese humana, a natureza constitutiva e, simultaneamente, modificável da humanidade (ver, por exemplo, MacIntyre,

1988; Freitag, 1992). E validam o surgimento, as modificações e a consolidação de determinadas morais, aplicadas também ao exercício de determinadas atividades.

Parece-me necessário, num primeiro momento, reconhecer e validar a existência dos termos. Mesmo assim, ficam algumas questões: quem constrói, afirma e define valores éticos? Não seriam apenas sujeitos que fazem a vida e a história? Onde estariam tais sujeitos? No indivíduo, no governo, no Estado, nas culturas, nas religiões, nas etnias, no intercâmbio entre tudo isso?

Por isso, serão sempre valores de alguns, a não ser que todos concordem. Ou, então – parece-me o mais adequado e correto –, que se caminhe para a afirmação de valores configurados em procedimentos transformados em patrimônio humano como um todo.

Como nem todos concordam (e a história, os grupos sociais, políticos e culturais, por exemplo, estão repletos de dúvidas ético-políticas, expressas em campos comunicacionais, da diferença de abordagens factuais-morais a um mesmo fenômeno político, de Sarajevo ao Oriente Médio, dos maus tratos nos presídios brasileiros à cobertura sobre o seqüestro de Silvio Santos ou aos atentados no World Trade Center), resta escolher, mediante algum debate prévio, as melhores alternativas. Elas devem corresponder a um padrão cumulativo e valora-

A idéia de bem, de reflexão moral e de procedimentos éticos é um processo histórico no qual os valores, muitas vezes antagônicos, resultaram em debates árduos e complexos, originando-se normas morais e legais

tivo. Isto significa dizer que, em determinadas situações, uma escolha é melhor do que a outra e é mais recomendável. Reconhece-se, assim, que a culminação ética se dá na escolha e na ação política, muito além, claro, da representação parlamentar. Como o presente é sempre objeto do jornalismo e vai exigir procedimentos específicos diante de inúmeros casos que envolvem escolhas morais no agir diário, a noção de correto está vinculada à constituição de um campo de reconhecimento de valores que se interiorizam e se tornam patrimônio da profissão. E para que ela seja chamada de profissão jornalística e não de outra ou de qualquer outra coisa.

A descrença, a indiferença, o cinismo e o narcisismo, alguns dos elementos componentes da contemporaneidade, reúnem tragédias potenciais, que podem indicar o modelo de futuro. Contra isso, o debate permanente, público e aberto, torna-se referência fundamental para as escolhas e a afirmação de valores compartilhados e universalizados, no sentido de redução do quadro de escolhas meramente particulares – travestidas de interesse de todos ou da humanidade –, que impõem-se por meio de violência, dor e injustiça (ver, por exemplo, Lasch, 1983; Lipovetsky, 1996; Sloterdijk, 1989).

Os procedimentos jornalísticos para viabilizar tal debate são objeto permanente de reflexão ética e de aplicação prática deontológica.

É por isso que, talvez, Daniel Cornu afirme: “A

ética procura os fundamentos normativos da deontologia jornalística e funciona como instância crítica. A ética interpela, portanto, a deontologia. Mas não dispõe de respostas prontas a usar. Tem de clarificar as suas regras e formulações” (1999, 123). E tomando de Paulo Ricoeur a expressão “sabedoria prática” considera que a deontologia opera no terreno do exercício profissional com base nos valores que fundamentam as regras e as formulações. E mais: “A medição do campo deontológico revela expectativas em termos de ética que têm a ver com a dificuldade de escolhas e das decisões no terreno. Mas surge então uma última dificuldade: a informação moderna ainda deixará tempo suficiente para uma interrogação ética?” (1999,125). Renova-se assim, a meu ver, a necessidade de ampliação e de manutenção de campos específicos de estudos, de pesquisas e de processos de formação profissional jornalísticos em busca da defesa e da consolidação de determinados valores.

Partimos, para consolidar quaisquer valores – incluindo os jornalísticos -, de que quaisquer julgamentos exigem algum acúmulo histórico e o reconhecimento de valores os quais se quer ver derrotados ou afirmados e de indivíduos que, dotados de um estatuto político e profissional, mexem-se no cotidiano buscando algo que deve, em princípio, ser a favor da humanidade. Por isso, na Política, nos processos midiáticos em geral e no jornalismo em particular, é necessário

**Surge então
uma última
dificuldade:
a informação
moderna ainda
deixará tempo
suficiente
para uma
interrogação
ética?**

uma concepção do que é a Polis e do que é um processo de comunicação: do que é a Política e do que são as profissões inseridas nos processos midiáticos. Mesmo assim, há generalidade demasiada para tanta escolha específica. Por isso, as escolhas éticas – e sua consequência no campo da ação cotidiana – estão vinculadas ao agir diário, e, no caso das profissões, no entorno que envolve a especificidade de cada área, até sua culminação nas questões técnicas mais imediatas, por onde se mexem tais áreas, seja na cobertura de um fato de relevância jornalística, na aprovação de um projeto de lei no parlamento, num ato a favor da paz; seja na escolha de tratamento midiático factual da intimidade de um jogador de futebol, de uma estrela das passarelas ou do cotidiano de um mendigo que dorme sob os viadutos de cidades brasileiras.

A praxis revelaria, então, a grandeza do andar humano, isto é, do agir político humano que, é claro, inclui o indivíduo e seu cotidiano, a coletividade e sua relação com a sociedade, as profissões e sua inserção no mundo.

Se andamos ao redor de nossos próprios conceitos - e eles devem ser expressos no mundo vivido dos atos, falas e gestos - é porque há algo que não podemos perder, a referência comum que nos embala em busca do sonho e do futuro, ainda que utópico. É com esta perspectiva que o campo da Política e do Jornalismo são construções humanas cotidianas, cujo

debate é imprescindível para o convencimento pessoal e para a incorporação de determinados valores que, configurados em palavras e procedimentos, remetem à organização qualitativa social. É por isso que a Filosofia tem sentido se a praticarmos por meio da Política. É por isso que as duas só têm sentido, especialmente comum, se o processo de comunicação que as envolve incluir a realidade concreta, o mundo social e sua complexidade. É por isso, entre outras razões, que as profissões são construções históricas humanas e uma luta política de afirmação de valores morais também específicos, até se chegar às opções éticas mais adequadas em cada caso e à sua conceituação ético-deontológica. É onde o exercício técnico e sua expressão tecnológica se encontram com a reflexão ética e aplicação deontológica. É, enfim, o ápice – ainda que sempre provisório – do exercício ético-político profissional, que resulta na qualidade técnica e disseminação tecnológica, seja na cobertura de Economia, de Política, de Cultura, de Comportamento, de Educação, de Saúde, de Ciência, de Esportes, de Polícia, de Rural, de Cidades... É a razão de ser da profissão.

Sem o debate, o obscurantismo torna-se um padrão. Só com ele, a ação política não tem qualquer referência concreta ética, porque faltaria o objeto produzido pelo sujeito. Por isso, a prática da Política e do Jornalismo deve ser

É por isso que a Filosofia tem sentido se a praticarmos por meio da Política. É por isso que as duas só têm sentido, especialmente comum, se o processo de comunicação que as envolve incluir a realidade concreta, o mundo social e sua complexidade

resultado da incorporação valorativa, onde está a ética, que se expressa em infinitos produtos midiáticos. É quando alguns filósofos deixam o alto dos edifícios – onde antes apontavam os rumos da humanidade sem se sujar nos barro das estradas por onde estão os jornalistas “práticos” - e descem às ruas para ver de perto as produções cotidianas e as escolhas necessárias – porque necessária é a profissão - feitas em períodos mínimos de tempo, com dilemas práticos imediatos.

Recupero, aqui, o que há mais de 150 anos escrevia, em *A Ideologia Alemã*, um pensador ainda válido para inúmeras abordagens da vida – e do jornalismo, que faz parte dela:

“Um dos problemas mais difíceis para os filósofos é descer do mundo do pensamento ao mundo real. A realidade imediata do pensamento é a linguagem. E como os filósofos proclamaram a independência do pensamento, deveriam também proclamar a linguagem como um reino próprio e soberano. Nisto reside o segredo da linguagem filosófica, em que os pensamentos encerram, como palavras, um conteúdo próprio. O problema de descer do mundo dos pensamentos ao mundo real se converte, assim, no problema de descer da linguagem à vida” (Karl Marx, apud Romano: 1984, 147).

E acrescenta o Vicente Romano: “a informação jornalística trata precisamente da vida. Daí que as questões da linguagem e de estilo não possam

se separar do jornalismo, já que o fim dele é satisfazer as crescentes necessidades culturais e intelectuais da população” (1984, 147). Se concordarmos com tais afirmações, como eu concordo, necessitamos sempre produções midiáticas e jornalísticas, e, portanto, técnicas e éticas de produção midiáticas e jornalísticas.

Ao longo de 2.500 anos, o controle sobre a opinião e a coerção sempre esteve pendulando, menos pelo ritmo regular de um relógio e mais pelo interesse particularizado, em geral travestido de interesse social, de diferentes estruturas de poder e similares.

A ética da palavra, relacionada aos processos de comunicação, de argumentação e de persuasão teria de, para se realizar, conectar-se, na prática, à ação política cotidiana, seja dos indivíduos, seja do Estado que representava. Foi no calor dos debates e do agir; no calor da disputa, negação ou afirmação de procedimentos; foi no calor da hora e dos tempos – com o embalo do acúmulo histórico – que se produziram valores, os quais hoje se pode dizer que são patrimônios comuns da humanidade como gênero. Debruçando-se sobre eles, seria possível, então validar alguns, derrotar outros. Ao validar alguns, como direito à Vida, contraria-se outros, como o direito à Tortura. Quem define isso? E como manter espaços de interlocução pública e de controvérsias, incluindo, claro, o das mídias segmentadas, que discutam valores? A informação periódica,

Ao longo de 2.500 anos, o controle sobre a opinião e a coerção sempre esteve pendulando, menos pelo ritmo regular de um relógio e mais pelo interesse particularizado, em geral travestido de interesse social, de diferentes estruturas de poder e similares

imediate, massiva, clara, responsável, do tipo jornalística, é essencial e estratégica para este caminho. Significa, na escolha temática e no debate público, uma escolha também ético-prática.

Em tal direção, a ética, “em sentido rigoroso, remete sempre à conceituação, fundamentação, justificação racional, etc., de uma determinada moral vivida, de determinados valores imperantes ou ideais; tarefas intelectuais que nos indicam um certo nível de abstração e generalização, uma preocupação reflexiva própria das teorias filosóficas” (Bonete Perales, 1995, 22). Como sua base é a moral vivida e os códigos morais, a análise ética necessita, sempre, de uma teoria que a justifique. No Jornalismo não é diferente. As finalidades do jornalismo implicam sua relação com o mundo. Os limites cotidianos, no Jornalismo, vivem a tensão entre a possibilidade de realização da ética e as dificuldades teórico-operacionais para a execução dos princípios, o que equivale a dizer que o movimento moral é sempre presente. Mas é nesse momento, a meu ver, que a abstração e a generalização necessitam uma ponte com as situações e circunstâncias concretas e vínculos com as funções sociais, públicas ou privadas.

Para Bonete Perales, “as normas, que concretizam deveres e direitos, os valores, que se apresentam como ideais sociais e culturais, além das virtudes, que necessitam ser adquiridas

pelas pessoas por meio da prática, constituem três eixos, sem dúvida capitais, de toda reflexão ética e de todo conflito moral, tanto no âmbito da vida privada como de qualquer profissão pública” (1995, 25).

O campo da reflexão ética, ilumina, assim, o comportamento prático do dia-a-dia, incluindo as profissões, entre elas as daqueles que trabalham na mídia e no jornalismo.

E é Daniel Cornu mesmo que vai dizer, embora não se manifeste explicitamente a favor da formação profissional e da exigência de um título acadêmico específico, que “o jornalismo continua a ser uma profissão aberta, que ainda sofre da falta de reconhecimento enquanto atividade que implica um saber e uma especialização. Os seus contornos continuam a ser imprecisos” (1994, 41). Trata-se, desde a minha perspectiva, de avançar estudos para consolidar contornos, muitos deles já reconhecidos mas, de certa forma, ainda insuficientes.

O exercício ético das profissões está vinculado às situações morais que enfrenta e às escolhas que necessita fazer a partir da relevância social da área; a partir de uma teoria de determinada atividade; a partir da história de tal área – para afirmá-la, negá-la ou redimensioná-la. A especificidade é fundamental.

Sobre debates, estudos e princípios específicos

O exercício ético das profissões está vinculado às situações morais que enfrenta e às escolhas que necessita fazer a partir da relevância social da área; a partir de uma teoria de determinada atividade; a partir da história de tal área

O debate sobre a ética jornalística e sobre as temáticas e procedimentos profissionais deontológicos em jornalismo vêm crescendo nos últimos anos. Ao mesmo tempo em que é ampliado o número de códigos, subscritos por categorias profissionais e empresariais no campo do Jornalismo, cresce também a análise sobre a eficácia e a utilidade das referências deontológicas na área. O jornalista e escritor Serge Halimi mostra-se cético quanto à existência de códigos deontológicos (1998, 130). Enquanto isso, Aznar considera que os códigos no jornalismo contribuem “de maneira fundamental para criar e afirmar uma consciência moral coletiva dentro da profissão” (1997, 128). Assim como eles, diversos pesquisadores e profissionais têm contribuído para o debate sobre a profissão jornalística, sua ética e deontologia específicas.

As observações dos dois autores remetem à discussão sobre a eficácia dos códigos e sobre o debate moral decorrente deles. Tratam da inserção das profissões na contemporaneidade e de suas possibilidades de realização, conforme os princípios profissionais teóricos e éticos, trabalhados por meio da estética e da técnica e expressos em distintos suportes tecnológicos.

A moral e a ética não se reduzem à deontologia, mas encontram nela uma culminação provisória. Tal culminação é uma referência capaz de gerar debates sobre situações concretas e relacioná-las à moral e à ética. Tais debates são

necessariamente mais complexos e remetem a uma filosofia da profissão. Os princípios morais são limitados, é certo. No entanto, parece-me também correto que são referências para a ação e a reflexão, que, se vitimadas eticamente pela lógica econômica, financeira, política ou exclusivamente de mercado, põe no centro dos debates os limites a superar. A meu ver, são os limites de ordem política, econômica, financeira e mercadológica que devem ser superados. Eles precisam ser removidos e não a ética, que os tensiona. Por isso, a luta ética é também uma luta política. É em tal cruzamento que se dá a convergência entre a ética do profissional jornalista com a do cidadão, na afirmação do indivíduo como um ser profissional e político.

O jornalista cubano Ernesto Vera, em brado à esquerda, observa: “O caráter juvenil da profissão jornalística e o interesse hegemônico em desvirtuar o fundamento principal de sua função na sociedade, determinam não poucas inconseqüências e, entre elas, a de mudar seu nome para o de comunicador social. (...) As escolas de jornalismo, também deixaram de sê-lo para rebatizar-se com o nome de comunicação social, onde o jornalismo é uma especialidade mais, junto às de relações públicas, publicidade, administração de empresas e outras”. E prossegue: “esta tendência, imposta pela política educacional dos Estados Unidos e assimilada sem críticas por muitas universidades latino-

A moral e a ética não se reduzem à deontologia, mas encontram nela uma culminação provisória. Tal culminação é uma referência capaz de gerar debates sobre situações concretas e relacioná-las à moral e à ética

americanas, ainda não chegou às organizações que agrupam os jornalistas. Não obstante, é preciso ficar alertas quanto à influência negativa que possa exercer para nos negar, além do conceito de profissão, o nome legítimo de jornalistas” (1999, 23).

Com tal estatuto, a formação e a produção jornalísticas exigem fundamentos epistemológicos, incluindo reflexões de ordem ética, técnica e estética. Os princípios morais da atividade reúnem, como síntese, um dever-ser (deontologia) ancorado na busca pela realização profissional e pela resolução de fatos-problemas os quais a humanidade reconhece como tais, de um acidente a um desvio de verbas públicas, de um atentando às razões dele ou sobre os interesses envolvidos em quaisquer conflitos ou guerras. A escolha técnica é também moral e vice-versa. Por isso, é na especificidade da temática ética que se dá a ponte para a universalidade das questões sociais. Esta é a razão de existir códigos que, em última instância, revelam as bases teóricas e os marcos teleológicos os quais se busca em uma profissão, na sociedade ou em todo o sistema midiático. É aí também que o processo de comunicação e de informação do tipo jornalística, na mídia, se aproxima do processo da ação política - com P maiúsculo, do gesto cotidiano à representação parlamentar e ao interior do exercício das profissões.

O espaço da formação profissional em Jor-

nalismo, o do Conselho Federal de Jornalismo e de uma nova regulamentação para a área, o do campo permanente de debates, que ora se amplia com a Sociedade Brasileira de Estudos de Jornalismo, trazem grandes contribuições à afirmação de um ethos teórico-prático que envolve profissionais, estudantes, professores e pesquisadores – num campo que, ao se afirmar, afirma também a especificidade dentro da necessária relação com outros campos de estudos e de práticas midiáticas e sociais.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Claudio (1988). *A Regra do Jogo*. São Paulo: Companhia das Letras.

AZNAR, Hugo (1997). “El debate en torno a la utilidad de los códigos deontológicos del periodismo”. In: *Anàlisi*, n. 20. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 1997 (pp. 125-144).

BONETE PERALES, Enrique (coord.) (1995). *Éticas de la Información y Deontologías del Periodismo*. Madrid: Tecnos.

CORNU, Daniel (1999). *Jornalismo e Verdade: Para Uma Ética da Informação*. Tradução de Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget.

FREITAG, Bárbara (1992). *Itinerários da Antígona: a Questão da Moralidade*. Campinas: Papirus.

HALIMI, Serge (1998). *Os Novos Cães de Guarda*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes.

KOSIK, Karel (1985). *Dialética do Concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LASCH, Christopher (1983). *A Cultura do Narcisismo*. Tradução de Ernani Pavanelli Moura. Rio de Janeiro: Imago.

LIPOVETSKY, Gilles (1996). *El Crepúsculo del Deber: la Ética Indolora de los Nuevos Tiempos Democráticos*. Traducción de Juana Bignozzi. 2ª ed. Barcelona: Anagrama.

MacINTYRE, Alasdair (1988). *História de la Ética*. Traducción de Roberto Juan Walton. 3ª ed. Barcelona: Paidós.

RISTER, Carla Abrantkoski (2002). Sentença de 18 de dezembro de 2002, sobre Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal e Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no estado de São Paulo (Processo nº 2001.61.00.025946-3).

ROMANO, Vicente (1984). *Introducción al Periodismo: Información y Conciencia*. Barcelona: Teide.

RUSSELL, Bertrand (1977). *Ética e Política na Sociedade Humana*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar.

SARTRE, Jean-Paul e FERREIRA, Vergílio (1978). *O Existencialismo é um Humanismo*. 4ª ed. Tradução de Vergílio Ferreira. Lisboa: Presença.

SARTRE, Jean-Paul et alii (1982). *Moral e Sociedade*. 2ª ed. Tradução de Nice Rissone. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SLOTTERDIJK, Peter (1989). *Crítica de la Razón Cínica (tomos 1 y 2)*. Traducción de Miguel Ángel Vega Madrid: Taurus.

VERA, Ernesto (1999). *El Periodismo y la Segunda Independencia Latinoamericana*. La Habana: Editorial Pablo de la Torriente.